

Simonsen defende um "aperto" monetário para evitar a hiperinflação

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Um aperto monetário é a receita do ex-ministro Mário Henrique Simonsen para evitar a hiperinflação. Recordando o início de 1987, quando o ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro conseguiu uma queda nominal de 25% na expansão dos meios de pagamento e abortou a hiperinflação, Simonsen não vê, hoje, outra saída para o governo.

"O remédio é fixar metas monetárias rígidas, como o contingenciamento do crédito, manutenção da alta taxa de juros, colocação de mais títulos no mercado e adoção do BTN cambial", disse o ex-ministro a este jornal. Simonsen considera fundamental colocar a taxa de expansão monetária sob controle.

O déficit público é indicado por ele como o maior problema da economia brasileira, mas não vê como ele será contido a curto prazo. Em relação à política fiscal, demonstra também certa descrença no seu enrigecimento mas vê com bons olhos uma redução modesta no déficit de 6% do PIB para 5%. Quanto às demais variáveis de política econômica, como preços e salários, o ex-ministro acha difícil alguma intervenção maior do governo, já que dependem da aprovação do Legislativo, que entra em recesso no mês de julho.

Simonsen é favorável à criação do BTN fiscal e mesmo da colocação de mais títulos no mercado. "Quanto mais opções de investimentos o governo criar melhor", pois, segundo ele, isso evita a dolariza-

ção e gera confiança no mercado. Na sua opinião, para evitar o temor ao "calote" da dívida mobiliária, o governo devia baixar um complemento de lei, com base na Lei nº 4.595, dando aos títulos públicos o poder liberativo para pagamento de impostos. Ou seja, o governo possibilitaria o uso do título para outro fim, como ser usado para pagar impostos, criando alternativa concreta para o emprego desses papéis, caso tenha dificuldade em resgatá-los.

O ex-ministro não acredita numa moratória da dívida interna, avaliada por ele em US\$ 60 bilhões (títulos em poder do público), ou seja, 20% do PIB. "Esta não é a maior dívida mobiliária do mundo. Israel, por exemplo, tem uma dívida equivalente a 150% do PIB e a Itália de 100%." Mesmo considerando a dívida mobiliária mais "volátil" que a dívida pública como um todo, ele não teme o "calote" e acha que a reindexação da economia afastou esta preocupação dos agentes econômicos.

Quanto à liberação do câmbio, disse que só tomaria tal medida (defendida por Paulo Rabello de Castro, economista da FGV em seu choque liberal) no dia em que tivesse ampla confiança na economia brasileira e essa tivesse facilidade de crédito no exterior. "Caso contrário, a liberação do câmbio leva ao descontrole da economia. As taxas flutuantes existem somente em economias altamente desenvolvidas, como a do Japão, onde há disputa para entrada do capital estrangeiro", lembrou.